

A GAZETA

Vitória(ES), quarta-feira, 25 de julho de 1990



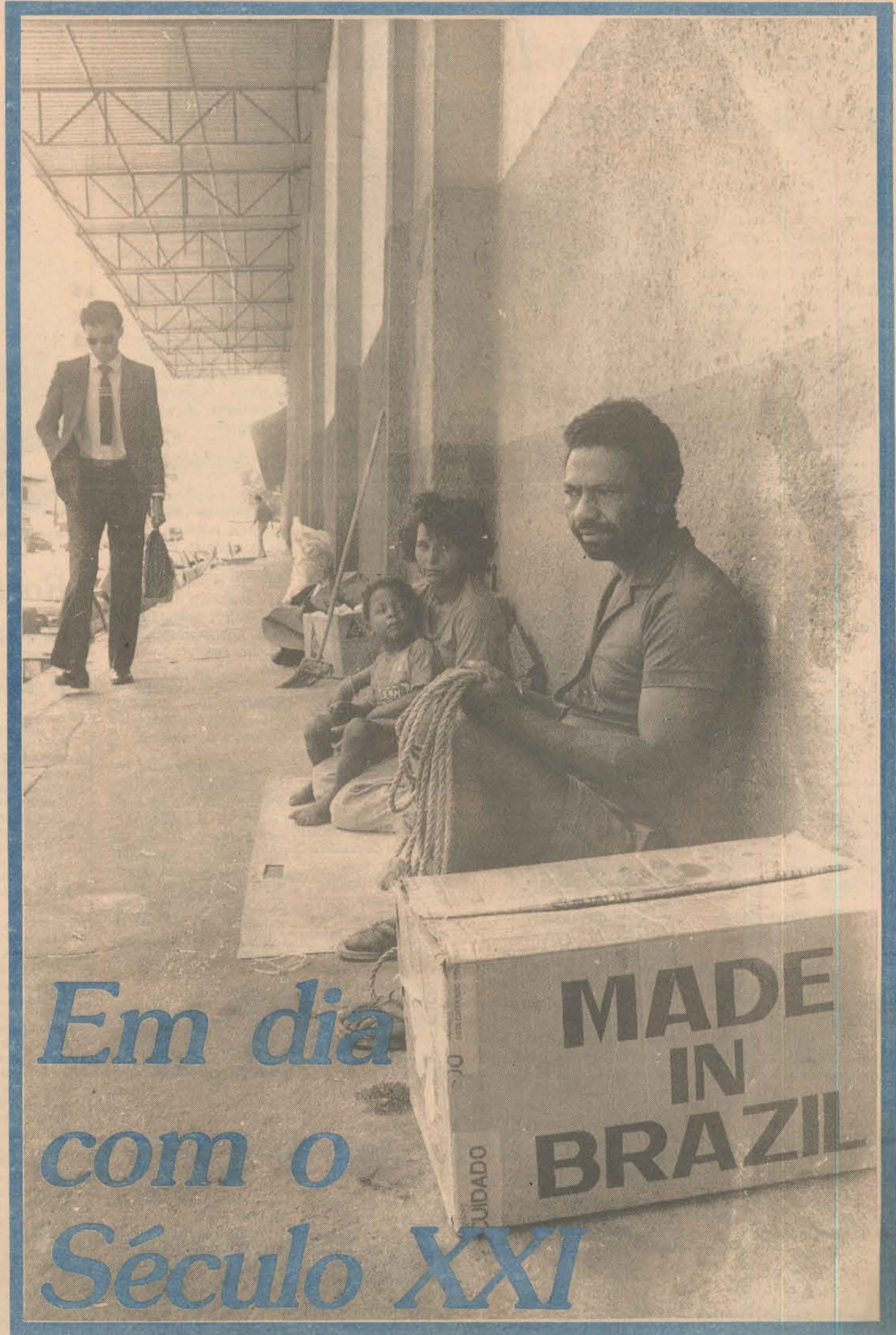
Chico Guedes

- A questão regional do Espírito Santo
- Os caminhos da agricultura capixaba
- Produção e vida no campo
- Participação e representação política
- O poder público e a sociedade
- O processo de desenvolvimento
- A concentração industrial
- A desconcentração industrial urbana
- As desigualdades sociais
- A questão educacional

Este o temário básico que integra a terceira e última fase dos debates com a sociedade civil, através do projeto **Espírito Santo, Século 21**, pela qual se objetiva uma proposta relativa ao futuro desejável para os capixabas. A partir dos próximos meses, com base na realidade conhecida até agora, coloca-se em discussão um modelo de desenvolvimento, pelo qual possam ser, se não eliminadas, pelo menos reduzidas as sequelas de um crescimento desordenado, que estabelece o caos, na cidade e no campo.

Segundo as estimativas do projeto **Espírito Santo Século 21**, se não houver uma tomada de consciência por parte da sociedade, a região da Grande Vitória, principalmente, se verá às voltas com uma realidade caótica, em que sobressairão a pobreza absoluta, o desemprego e o subemprego, a redução da qualidade de vida, a segregação sócio-econômica e política, a degradação ambiental e o aguçamento da atração migratória.

Todo este processo, gerado principalmente pela instalação de grandes projetos (que nenhum compromisso tiveram com o problema social e com a infra-estrutura urbana), exige uma tomada de posição que tenha o supremo aval das comunidades organizadas. À discussão desse novo modelo se convocam todas elas, de forma a que seus critérios sejam a vontade expressa de todos os que convivem com os problemas do dia-a-dia e que sonham com a possibilidade de um futuro mais humano.



ES
SÉCULO 21

A terceira fase começa agora, com debates sobre temas relacionados ao futuro do Espírito Santo

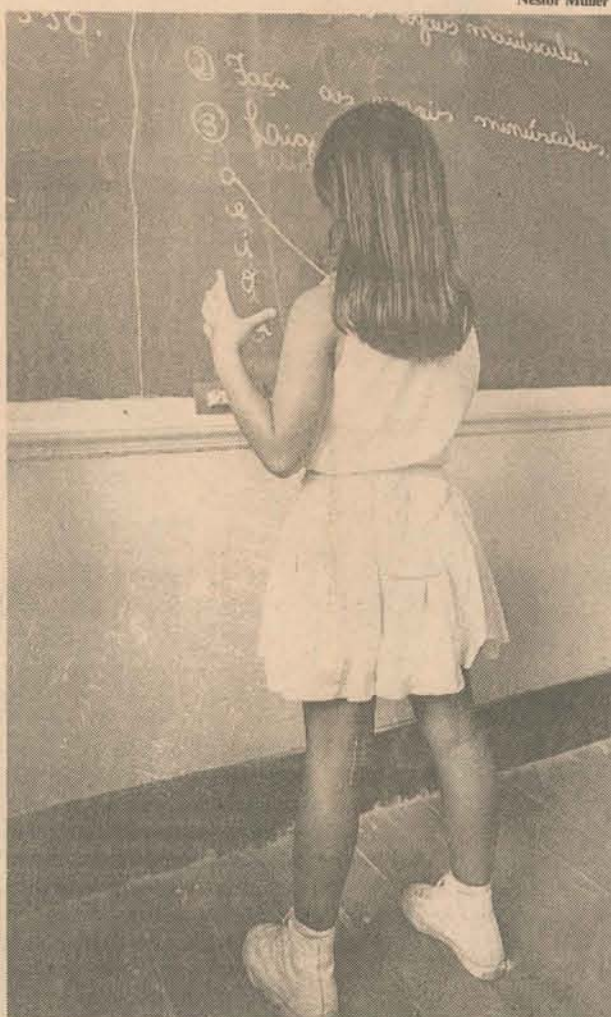
Sociedade civil é chamada para debater o futuro desejável

O Projeto Espírito Santo Século 21 está chegando na reta final dos seus trabalhos. Agora, na terceira fase, retornam os debates com a sociedade civil para se concluir qual o modelo de desenvolvimento que é desejável para os capixabas. Em agosto, serão realizados nove painéis abertos ao público, sempre a partir das 18h30m, no auditório da Rede Gazeta. Segundo o secretário executivo do projeto, professor Geraldo Rocha, o sucesso do Espírito Santo Século 21 depende, nesta fase final, da participação de toda a população.

No dia 2, será debatida a questão regional do Espírito Santo. Dia 7, os caminhos da agricultura capixaba. Dia 8, produção e vida no campo. Dia 14, participação e representação política no Espírito Santo. Dia 15, o Poder Público, a sociedade civil e o processo de desenvolvimento do Espírito Santo. Dia 21, concentração industrial e desigualdades sociais. Dia 22, desconcentração industrial urbana e, dia 28, a questão educacional no Espírito Santo.

Modelo de crescimento

O coordenador técnico do projeto, o demógrafo Antônio Celso Dias Rodrigues, explica que, agora, o que está em questão, é rediscutir o modelo de crescimento econômi-



Nestor Muller

co, político e social do Espírito Santo. Ele acredita que, no momento, há uma consenso: "A sociedade não quer discutir somente os grandes projetos. Quer um modelo de desenvolvimento. A idéia do pluralismo será uma consequência para a política do Estado".

Por isso, o coordenador técnico afirma que os painéis são importantes, justamente porque a sociedade poderá traçar o

que deseja para o seu futuro. Além disso, neste mês está sendo discutido o que significa a visão do objeto com cada segmento envolvido, com representantes políticos, dos grandes projetos, entre outros. Em agosto, essas posições serão confrontadas com as de outros setores da sociedade civil — nos painéis — quando então poderá ser retirado um perfil do que a sociedade deseja.

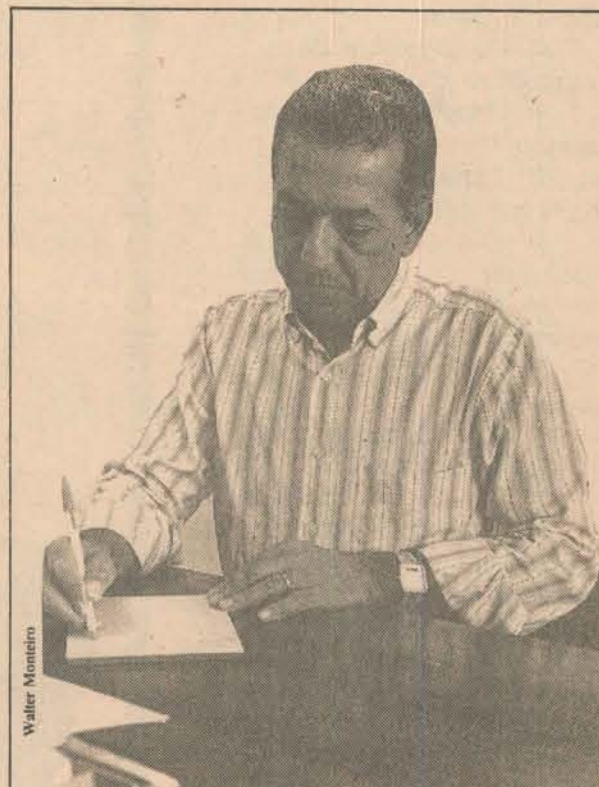
O secretário Geraldo Rocha explica que, a partir daí, em setembro, o projeto entrará em atividades internas, relacionadas com a compilação e tabulação das informações, que serão coletadas nos nove painéis. O resultado de todo esse trabalho será a elaboração de três textos-resumos: **imagem objetivo, sugestões programáticas e processo participativo.**

Seminários

Em outubro, serão realizados os últimos seminários públicos, quando, acredita-se, a sociedade indicará quais os modelos de desenvolvimento desejáveis, em três níveis: econômico, político e social. Os organizadores do projeto esperam também que, no mesmo período, estejam preparadas as agendas, que contarão com os tópicos do projeto.

Os seminários de encerramento serão realizados no auditório da Rede Gazeta, dia 23, sobre imagem objetivo; dia 24, sobre sugestões programáticas, e dia 25, sobre o processo participativo. Antônio Celso Rodrigues espera que se crie um tipo de compromisso, uma memória do que a sociedade opinou, discutiu e se posicionou.

Em novembro e dezembro serão feitos o relatório final do projeto e a prestação de contas.



Walter Monteiro

Geraldo Rocha é secretário executivo do projeto

Rocha diz que é possível organizar o Espírito Santo

"Há possibilidade de se organizar o futuro do Espírito Santo", afirma otimista Geraldo Rocha, secretário executivo do projeto Século 21. Ele justifica que o Estado é pequeno, em termos de dimensão. Portanto, não é complexo para ser administrado. Além disso, dispõe de algumas vocações profissionais bastante aproveitáveis, principalmente em relação à sua localização geográfica.

Mas para que esse futuro seja organizado e o Espírito Santo possa ter jeito é preciso vontade dos políticos, afirma Geraldo Rocha. "Estamos perdidos nisso há três décadas. Não conseguimos levantar um único projeto capixaba. Estamos é fazendo um governo paralelo".

Grandes projetos

Quanto aos impactos causados pelos grandes projetos, Geraldo Rocha acredita que só poderão ser minimizados com a aproximação e participação da sociedade, com a intervenção do governo estadual nas decisões desses centros de poder. "É preciso rever a situação, se não continuaremos a reboque dos grandes projetos". Geraldo Rocha, no entanto, não acredita na reversão desse quadro.

Para ele, o mais urgente é unificar a região da Grande Vitória, onde os problemas sociais não têm mais fronteiras e tornaram-se comuns. Geraldo acredita que muitas questões poderiam ser solucionadas com a união e esforços das prefeituras, que deveriam esquecer o partidarismo e as cores de suas bandeiras.

Quanto ao andamento do projeto Espírito Santo Século 21, o secretário executivo avalia de forma positiva, principalmente no sentido da participação da sociedade nos seminários realizados no interior do Estado. "Houve uma participação representativa da comunidade, não só pelo número de participantes mas especialmente pelo conteúdo apresentado. Além disso, o secretário acentua que o projeto conseguiu uma convocação sem partidarismo ou tendência ideológica. Por último, assinala que através do Século 21 os organizadores conseguiram levar informações ao interior, que antes ficavam concentradas somente na área da Grande Vitória.

Planejamento dos grandes se reúne hoje

Desde anteontem, os organizadores do projeto Espírito Santo Século 21 vêm se reunindo com representantes políticos, empresariais, patronais e de trabalhadores. Hoje, a reunião será com os dirigentes de áreas de planejamento dos grandes projetos — Petrobrás, Compa-

nhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Aracruz Celulose e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Amanhã, a reunião será com empresários capixabas e representantes patronais. Dia 30, com os representantes dos empregados, como sindi-

catos e entidades da sociedade civil. A última reunião será dia 31, com as entidades governamentais. Dia 23 último, os organizadores do projeto se reuniram com os políticos e partidos políticos, incluindo senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e seus vices, além dos

vereadores da Grande Vitória.

Todas as reuniões estão sendo realizadas no auditório da Rede Gazeta. O objetivo é o de se ouvir todos os segmentos, detalhando as conclusões a que o projeto chegou até agora para se obter o desejável.

Mais da metade da população do Espírito Santo estará concentrada na Grande Vitória

ES
SÉCULO 21

Região terá cerca de 3,5 milhões de habitantes em 2015

Nas últimas três décadas, a população da Grande Vitória foi multiplicada por seis, passando das cerca de 200 mil pessoas, em 1960, para os quase 1,2 milhão de habitantes. Sem os movimentos migratórios, a população estaria hoje em torno de 400 mil pessoas. Ao invés de ser multiplicada por dois, foi multiplicada por seis, o que a caracteriza como uma região de migrantes. A afirmação é dos técnicos do projeto *Espírito Santo Século 21* Antônio Celso Dias Rodrigues e Roberto Garcia Simões na análise sobre a Grande Vitória.

Os números são ainda mais alarmantes para o próximo milênio, quando a projeção aponta uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes na Grande Vitória, em 2015, ou seja, o triplo da população atual. Antônio Celso explica que esse número, que parece ser excessivo e que, dependendo do processo, poderá ser até maior, significa uma taxa de crescimento médio anual de 4,5% contra os 6% dos últimos trinta anos. Portanto, não é nenhum absurdo.

Concentração demográfica

Para os técnicos, a concentração demográfica na Grande Vitória tem dimensão superior até da concentração econômica em termos proporcionais. Foram três décadas seguidas de crescimento em níveis próximos a 6% ao ano, onde os movimentos migrantes são responsáveis por 4/5 do aumento.

Isso vem ocorrendo, na visão dos técnicos, "ainda que se perpetue uma política, velada que seja, de incentivo ao controle de natalidade, que assume níveis assustadores e comprometedores, reduzindo a expectativa existente em 1935, de cada mulher, ao fim de seu ciclo reprodutivo, gerar sete filhos nascidos vivos, para, em 1980, gerar em torno de 2,5 filhos, número que estaria hoje próximo a dois filhos para as mulheres da Grande Vitória.

Dos 1,2 milhão de habitantes, cerca de 3% estão desempregados ou com subempregos, "visível ou disfarçado. Do conjunto dos traba-

lhadores, cerca de 34% trabalham mais de cinquenta horas semanais; 41% não contribuem para nenhum tipo de previdência; 38% não têm carteira de trabalho assinada e 57% ganham menos do que dois salários mínimos.

Os técnicos acentuam também que o nível educacional é extremamente baixo, com uma média de anos de estudos inferior a 4,5 anos para a população com mais de cinco anos de idade e um conjunto de analfabetos da ordem de 24% do total.

Meio ambiente

Quanto aos recursos naturais e meio ambiente "é grave o quadro ambiental estabelecido hoje", analisam os técnicos. A qualidade do ar, por exemplo, encontra-se entre as piores do país, numa situação cuja tendência é de se agravar ainda mais. "Apenas 5% da Grande Vitória possuem redes de esgoto e boa parte é lançada nas águas que circundam a capital.

Há problemas também de poluição hídrica, nas bacias hidrográficas, na exploração mineral, nos aterros, solos e encostas, manguezais, ruídos, cobertura florestal e lixo.

Na área política, os técnicos acreditam na criação de um "campo de conflitos, com a convivência, lado a lado, da concentração localizada da modernidade e das negatiedades, pois a miséria é mais miserável em convívio direto com a opulência".

Na área da saúde, "a rede de serviços permanece centralizada na figura dos hospitais, enquanto a grande maioria dos serviços ambulatoriais públicos vai ficando ociosa e sem credibilidade". Os técnicos analisam que não existe ligação entre a população e os serviços de saúde e não existem mecanismos definidos para o encaminhamento dos pacientes entre os serviços de acordo com as necessidades de cada caso.

No aspecto sócio-cultural, os técnicos detectam "toda uma perda de identidade regional e uma progressiva descaracterização de formas culturais remanescentes de vários momentos de integração étnica".



Walter Monteiro

Sem planejamento, futuro da Grande Vitória vai ser caótico

O futuro da Grande Vitória é dos mais caóticos possíveis. Segundo as estimativas dos técnicos do projeto *Espírito Santo Século 21*, Antônio Celso Rodrigues e Roberto Simões haverá concentração de mais da metade da população do Espírito Santo na Grande Vitória, queda na qualidade de vida, maior expressividade da pobreza absoluta, aguçamento da atração migratória, envelhecimento da estrutura etária, elevação do desemprego e subemprego em níveis críticos, segregação sócio-econômica-política, além do agravamento da degradação ambiental.

Se não for concretizado um novo perfil de modelo de desenvolvimento econômico, político e social, as probabilidades são de marginalização social e miséria absoluta em proporções significativas, diminuição das condições de saúde, sucateamento da rede escolar, aguçamento dos problemas de infraestrutura básica e

ocupação de terras não apropriadas, na área de habitação.

Educação

Como na área educacional há estagnação e até queda nos indicadores de absorção e rendimento escolar nos níveis básicos, a previsão é de que haverá exclusão, pelo sistema educacional, de frações significativas da população. "Já as universidades, fundamentalmente a Federal, começam a sentir a pressão de redução da oferta, seja pela ação corporativista de associações e conselhos de classe propondo a diminuição de vagas, se já pela própria retração da demanda, desiludida com a presença numerosa de formandos sem emprego".

São previstas, a partir daí, quedas nas taxas de alfabetização quanto a uma estagnação dos níveis médios de escolaridade, quanto ao conteúdo educacional e diminuição real desses recursos da educa-

ção pelo seu carreamento para creches sem função educacional evidente, dentro da estratégia de liberação da mão-de-obra feminina para o mercado. Há previsões também de avanço na rede privada e sucateamento da rede física atual e não-reposição nos níveis necessários.

Na área de infraestrutura, os técnicos do projeto prevêem o "aguçamento dos problemas de água, esgoto, energia elétrica, coleta e destinação do lixo e a complexificação da problemática dos transportes urbanos". Quanto à habitação, a previsão é de que haverá pressão de demanda bem acima da capacidade de solução do Sistema Financeiro da Habitação, ocupação de terras problemáticas e aumento expressivo de assentamentos subnormais.

Saúde

No campo da saúde, os técnicos acreditam na maior participação da po-

pulação nas discussões em relação a políticas de saúde, o comprometimento da rede de serviços e a diminuição das condições de saúde pela degradação dos níveis de vida.

Quanto ao meio ambiente, os problemas devem se agravar ainda mais com a "exacerbação e complexificação das formas atuais de degradação ambiental ao lado da impotência da consciência ecológica diante dos vetores de degradação e da tardia adoção de legislação ambiental e de mecanismos de monitoração e controle".

Na área econômica, a previsão é de especialização e diversificação industrial, ampliação de estruturas econômicas, consolidação da economia de serviços, aumento da renda interna, consolidação da região como pólo industrial e região metropolitana, desemprego, subemprego em níveis críticos com queda da renda familiar e a segregação sócio-econômica e política.



Grandes projetos geram pouca receita para o Espírito Santo

As empresas dos chamados grandes projetos contribuíram com apenas 6,19% da arrecadação do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) em 89. Dos Cr\$ 1.155.637.000,00, os grandes projetos contribuíram com apenas Cr\$ 71.364.000,00, incluídas aí as cinco usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce. No primeiro semestre deste ano, a arrecadação total do Estado atingiu Cr\$ 13.004.980.000,00 e os grandes projetos contribuíram com Cr\$ 587.652.000,00, ou seja, 4,53%.

Em 89, a Aracruz contribuiu com Cr\$ 22.706.000,00 ou 1,97%. A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) com 0%. A CVRD com Cr\$ 18.079.000,00, que correspondem a 1,58%, e as usinas de pelotização instaladas no Porto de Tubarão contribuíram com: Hispanobrás Cr\$ 3.512.000,00 (0,30%); Itabrasco Cr\$ 5.059.000,00 (0,44%) e a Nibrasco, Cr\$ 10.056.000,00 (0,87%).

No primeiro semestre deste ano, a Aracruz contribuiu com Cr\$ 278.514.000,00, que correspondem a 2,14% do total de arrecadação do Estado. A CST, com Cr\$ 2.475.000,00 ou 0,02%. A CVRD com Cr\$ 105.741.000,00, atingindo 0,82%. As usinas de pelotização entraram com Hispanobrás, Cr\$ 48.400.000,00 (0,37%); Itabrasco, Cr\$ 43.100.000,00 (0,33%)

e Nibrasco, Cr\$ 91.640.000,00, que correspondem a 0,7% da arrecadação total do Estado.

O secretário da Fazenda José Teófilo de Oliveira explica que a CST contribuiu com 0% de ICMS porque entrou com processo judicial contra a reforma tributária, aprovada pela nova Constituição. Pela velha Carta, havia "imunidade" de pagamento de ICM para as empresas exportadoras. A nova Constituição possibilitou que o Estado viesse a cobrar ICMS dessas empresas. A CST foi para a Justiça, alegando que não deve pagar essa taxa.

O secretário informa que, com isso, o Estado vem perdendo cerca de US\$ 2,5 milhões por mês. O caso continua nas mãos do Judiciário, já que o governo estadual também recorreu contra a decisão da CST. Teófilo espera que no segundo semestre deste ano o Judiciário se pronuncie.

Teófilo analisa que se por um lado essas grandes empresas não contribuem diretamente de forma significativa na arrecadação estadual, por outro lado dão uma contribuição indireta, comprando serviços de terceiros, que pagam impostos e geram arrecadação. O secretário não tem dúvida de que essas grandes empresas deveriam contribuir com maior parcela de forma direta ao Estado.

Nestor Muller



Pioneira, a CVRD procurou diversificar as suas atividades

A Companhia Vale do Rio Doce é apontada pelo documento **Os Grandes Diretores do Processo de Transformação do Espírito Santo** como o "centro de poder pioneiro", em razão de sua decisão, nos anos 60, de deixar de ser um "enclave, que só exportava minérios sem estabelecer qualquer outro vínculo com as economias regionais/estaduais para passar a ser uma indústria de desenvolvimento, uma agência de desenvolvimento regional".

A partir da construção do porto de Tubarão, em 1963, "procurando gerar e ampliar a sua competitividade no mercado internacional", a CVRD assumiu uma estratégia de diversificação com o projeto Cerrados e a siderurgia e a silvicultura/celulose.

O documento, no entanto,

mostra preocupação com os reais impactos do programa Grande Carajás na provável reorientação da atuação da CVRD na região Sudeste, principalmente com a possível tendência do aumento da ociosidade da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

A estratégia da CVRD se baseia atualmente em associações com a Aracruz Celulose, CST e Petrobrás. Com a Aracruz, está sendo planejada a ampliação do Portocel para atender a Bahiasul Celulose e criar condições para exportação de automóveis produzidos pela Fiat.

Nesses entendimentos, seria viabilizada a Ferrovia Norte, partindo de Piraquê-Açu até o rio Mucuri, na Bahia, "o que permitiria também a sua utilização para o transporte de eucalipto à planta in-

dustrial de Aracruz, entre outras cargas".

Com a CST, os entendimentos se centralizam na viabilização de uma usina de ferro-esponja e com a Petrobrás a utilização do Porto de Praia Mole para a implantação de um terminal de contêineres.

Segundo o documento, a previsão de investimentos da CVRD nos próximos seis ou sete anos gira em torno de US\$ 130 milhões nos portos de Tubarão, Praia Mole e Portocel; na Ferrovia Norte, US\$ 250 milhões; na ferrovia Vitória — Santo Eduardo e ramal Paineiras — Cachoeiro US\$ 240 milhões.

Todos esses investimentos, conforme o documento, poderão ter como consequência a formação ou ampliação de eixos econômicos na área de influência das ferrovias, nas regiões Norte e Sul, especialmente na faixa litorânea.

Industrialização se deu em três fases

O documento editado pelo projeto **Espírito Santo Século 21**, com o título **Os Grandes Diretores do Processo de Transformação do Espírito Santo** divide a industrialização do Estado em três fases: a agroindustrialização regional, a entrada de empresários "talentosos" no Estado e a confirmação dos grandes projetos. Esse trabalho foi elaborado pelo demógrafo Antônio Celso Dias Rodrigues, com a colaboração do engenheiro Roberto Garcia Simões. O projeto é uma iniciativa da **Rede Gazeta**, da Ufes, do Banes, do Geres e da Coplan.

Na terceira "onda" de industrialização, a aceleração desenvol-

vimentista colocou o Espírito Santo no estágio de desenvolvimento do capitalismo vigente. Mas o documento, que é bastante polêmico, acentua que o crescimento do Espírito Santo será modelado pelos grandes projetos transformados em "centros de poder" (CST, CVRD, Aracruz e Petrobrás) como vem ocorrendo desde os anos 70.

Crescimento econômico

Conforme o documento, os grandes projetos estão direta ou indiretamente ligados ao capital internacional e definem políticas públicas próprias, pressionando e



Empresas Aracruz foram as que mais investiram nos últimos anos

O centro de poder Aracruz Celulose é formado pela Aracruz Florestal, a Aracruz Trading, o Portocel, a Aracruz Celulose e a Aracruz Corretora de Seguros. Foi o "centro de poder" que mais investiu (cerca de US\$ 1,1 bilhão) e apresentou excelente performance em 1987, inclusive em nível mundial, atingindo um lucro de US\$ 103 milhões.

O documento afirma que o projeto de expansão elevará a sua produção de celulose de fibra curta branqueada pa-

ra 1 milhão de toneladas/ano, o que transformará a Aracruz em uma das maiores plantas industriais do mundo.

O documento reconhece que o investimento da Aracruz tem rebatimentos "no segmento comércio e serviços", mas lamenta que a fábrica de papel venha sendo postergada e que a sua participação no total de ICM arrecadado em 1987 foi de apenas 3%.

Um dos pontos controversos que

o documento assinala é sobre a implantação da Aracruz Florestal em relação à questão agrária/uso do solo, "pois há dúvidas sobre o risco ecológico oriundo do plantio massivo de eucalipto". Assinala que "não há garantia de que os diferentes e até desconhecidos impactos no futuro possam ser controláveis, apesar do interesse óbvio da Aracruz em manter excelente pesquisa e aprimoramento do controle das transformações do ecossistema".

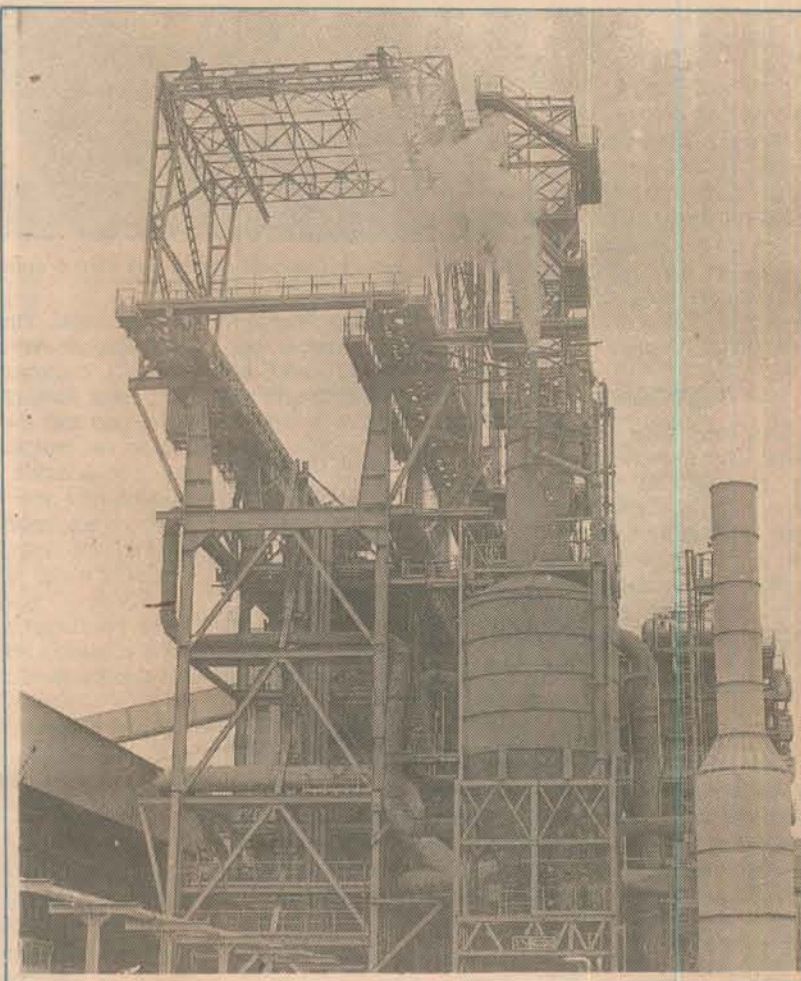
Duplicação da usina de Tubarão vai exigir mais infra-estrutura

A previsão para a CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) é a duplicação da produção, acompanhada de um laminador de tiras a quente, com capacidade para produzir até quatro milhões de toneladas/ano de bobinas, chapas frias e grossas, para abastecer principalmente o mercado interno, especialmente Rio e São Paulo.

Segundo o documento do projeto Espírito Santo Século 21, essa duplicação, de saída, tem como "corolário a duplicação da produção de cimento e do fornecimento do alcatrão". Explica que a produção do cimento já está sendo feita no Cívica II e o fornecimento de alcatrão é a matriz geradora do pólo carboquímico.

O documento assegura que "falar da duplicação e da instalação do laminador de tiras a quente da CST é falar da necessidade de construção do ramal ferroviário Vitória-Santo Eduardo, uma condição sine qua non para o transporte de bobinas para os principais mercados consumidores, Rio e São Paulo, e da ampliação do porto de Praia Mole.

Os Grandes Diretores do Processo de Transformação lembram que é baixa a participação relativa dos grandes projetos na arrecadação do ICM. A CST, por exemplo, em 1987, contribuiu com apenas 0,1%. Recomenda que deve ser investigada a influência da CST na ampliação da economia de serviços da Grande Vitória, no estímulo ao mercado imobiliário e à indústria da construção civil, nos efeitos da infra-estrutura, no comprometimento da capacidade de investimento do governo e na geração de impostos, no processo migratório e na transformação da estrutura social e no padrão de qualidade de vida dos diferentes segmentos sociais.



Petrobrás adia exploração da mina de sal-gema

A Petrobras também é citada como "centro de poder", já que sua atuação se intensificou a partir da canalização e comercialização do gás natural e do anúncio da descoberta de uma grande reserva de sal-

gema, em agosto de 1987, em Conceição da Barra, junto à foz do rio São Mateus, cujo potencial é hoje reestimado em 15 bilhões de toneladas e podendo viabilizar a implantação da indústria de álcalis, o que contribuiria decisivamente para a formação do complexo paraquímico.

No entanto, devido aos cortes no orçamento da Petrobrás, a exploração da reserva de sal-gema foi adiada, apesar de sua viabilidade econômica.

interferindo na formação de políticas estaduais. "A sociedade e as instâncias estaduais de poder não têm mais condições de definir o crescimento econômico, dada à crescente internacionalização".

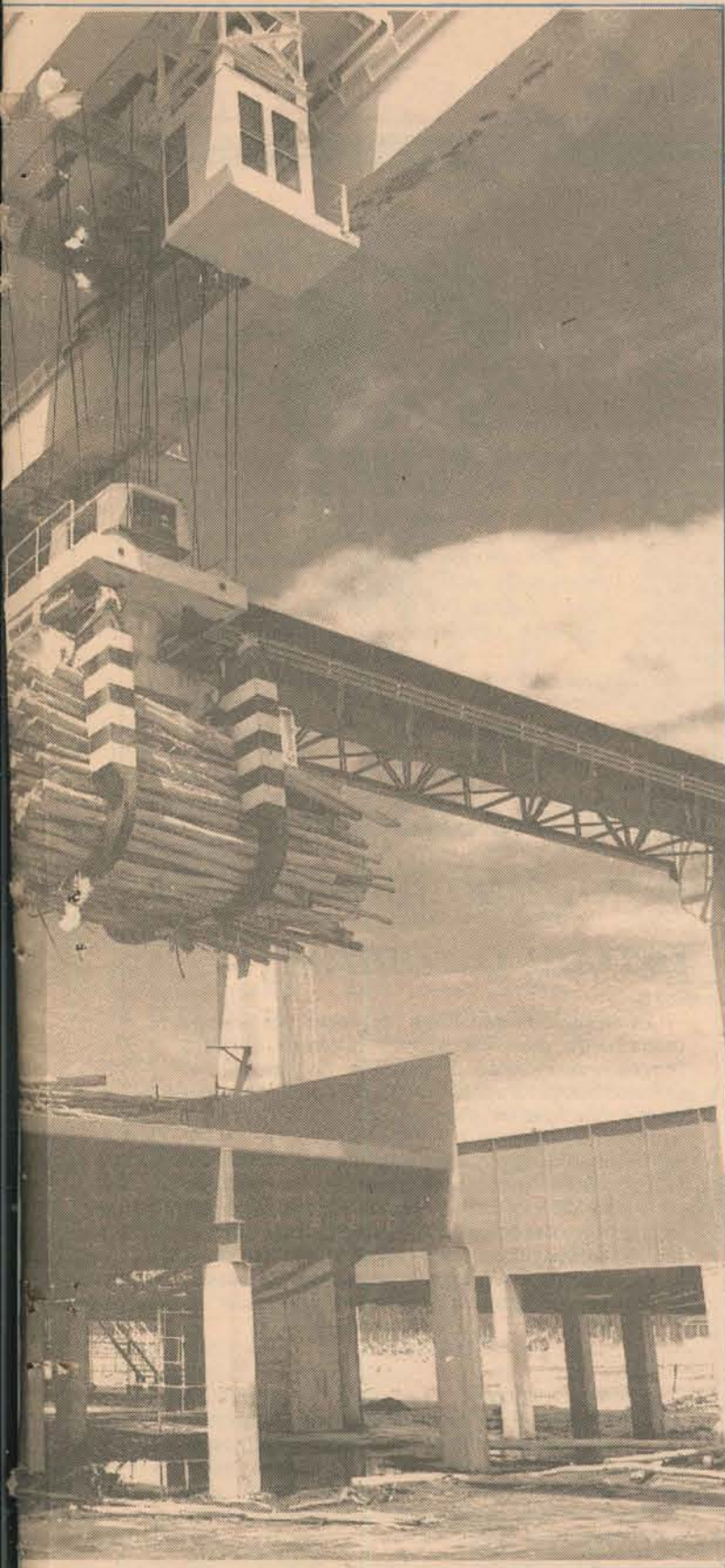
O documento indica que a "segunda onda de industrialização" do Estado foi a que obteve uma capacidade empresarial local sem prejuízo da atração, no plano nacional, de empresários talentosos que aproveitassem as potencialidades e as facilidades existentes no Espírito Santo, através de incentivos fiscais, que funcionaram como uma espécie de "cortina protetora da concorrência regional".

O documento cita 1973 como o marco divisório, a confirmação oficial dos grandes projetos de impacto, da mesma forma como 1988 representa a confirmação da expansão e reorientação desses projetos. O documento reconhece a alta taxa de crescimento da eco-

nomia do Espírito Santo no período de 80/85, que foi de 5,6% — enquanto a do Brasil registrou 1,7%.

No entanto, os técnicos analisam que esse crescimento não foi acompanhado da redução das desigualdades sociais e regionais, da melhoria da qualidade de vida, da preservação e recomposição do ambiente degradado". Ao contrário, aumentou a concentração fundiária no Norte do Estado, especialmente na região litorânea e o desemprego decorrente não foi compensado pelos novos empregos gerados.

Além disso, o documento ressalta que foram formados bolsões de pobreza na Grande Vitória e cidades de porte médio. A capacidade de investimento do governo ficou comprometida, o que gerou uma dificuldade na oferta de serviços básicos no ritmo crescente da demanda, ampliando a dívida social no campo e na cidade.





Ex-governador diz que os grandes projetos retiraram o poder do Estado. Era o que ele não queria

Dias Lopes: 'Grandes projetos só pensaram em seus interesses'

"O que eu recusava e recuso até hoje nos grandes projetos é a retirada de todo o poder de decisão do governo do Espírito Santo", afirma o ex-governador Cristiano Dias Lopes Filho. "Como governador, eu queria planejar o Estado no governo do Espírito Santo e não no Japão, em Brasília ou Rio de Janeiro". Em sua opinião, a política industrial deve ser conduzida pelo governo local.

O ex-governador explica que o desenvolvimento da política dos grandes projetos partiu do governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos e não durante o seu mandato, entre 1967 e 1971. Cristiano afirma que, como governador, planejou a economia sustentada na capital — com um centro industrial de pequenas e médias empresas (Civit I e II) — e para o interior, café, pecuária e fruticultura. "Eu planejei uma economia estável, com crescimento em linhas normais".

Divergências

Cristiano Dias Lopes afirma que teve divergências com Arthur Carlos que, na época, "era presidente do Banes e alimentava a idéia dos grandes projetos. Mas, como governador, prevaleceu a minha vontade de industrializar o Estado com pequenas e médias empresas".

O ex-governador lembra que, na época, a economia vivia a crise da erradicação do café. Por isso, planejou uma linha de desenvolvimento não só na área da industrialização mas também com a diversificação agrícola.

"Quando eu saí do governo, assumiu o dr. Arthur Carlos, que desenvolveu os grandes projetos, na euforia do milagre econômico". Explica que, inicialmente, com a implantação da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão). Para Cristiano, o único dos chamados grandes projetos de que participou a ação do governo do Estado foi a CST. "Com o prestígio do governo estadual junto ao federal, conseguiu que a CST fosse implantada no Espírito Santo". Na visão



Cristiano: Estado como passagem fica com o apito do trem

do ex-governador, os outros grandes projetos não dependeram do Estado, assim como a ampliação de suas atividades.

A idéia inicial de malha industrial de Vitória com pequenos e médios projetos industriais foi "adormecida" pelos grandes projetos ou deixada à margem. Cristiano não tem dúvida de que a vitória foi dos grandes projetos. No entanto, "implantadas a CST, a Aracruz Celulose, multiplicadas as usinas de pelotização, ampliado o complexo portuário, o governo do Espírito Santo não teve capacidade e nem condição de acompanhar o impacto desses grandes projetos".

Impactos

Para Cristiano Dias Lopes, os grandes projetos foram a frente do governo e aconteceu o que está aí: falta de segurança pública, de hospitais, de escolas, de assistência social, falta de tudo. "Porque isso é atribuição do governo. A empresa privada quer fazer o que é seu. O que é da população, do meio ambiente, que cuida o governo".

O ex-governador analisa que, enquanto os grandes projetos cuidaram dos seus interesses, o governo não

acompanhou, em nível de prestação de serviços à população, o impacto gerado por essas indústrias. Cristiano não tem muitas esperanças em relação ao futuro. Ele acredita que esse quadro não será revertido, porque "as decisões são tomadas nos outros centros de poder e não no governo do Estado. O governo nem toma conhecimento quando as empresas resolvem fazer duplicações".

"Eu não sou contra os grandes projetos. Eu aplaudo os grandes projetos, mas lamento que tenha se criado essa situação no Espírito Santo, em que o governo estadual fica à margem das decisões", afirma Cristiano. Para ele, além dessas empresas não contribuírem de forma significativa com a arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) só estão dando despesas para o Estado em termos de investimentos na área social.

O ex-governador não tem esperança de que esse quadro possa ser revertido. "A menos que se resolva botar banca, dizendo: Não se faz mais nada aqui sem uma contrapartida de investimento na área social. Mas aí, não sei se há muita

gente com disposição para esse tipo de briga", afirma.

Passagem

O ex-governador tem receio de que o Espírito Santo se transforme "numa malha de passagens", em consequência dos grandes projetos. "É uma estrada que vem do Norte para transportar celulose direto da Bahia-Sul para o Portocel. É uma ferrovia que vai de Vitória a Santo Eduardo para transportar as bobinas da CST e agora os comboios da Vale do Rio Doce transportando grãos do Cerrado, diretamente do Porto Seco de Belo Horizonte para os navios ancorados em Praia Mole". E pergunta: "Deixam aqui o quê?" A resposta, na sua opinião, é "nada".

Para o ex-governador, o corredor de exportação demonstra como os chamados grandes projetos alienam a autoridade do governo estadual, deixando em segundo plano os interesses do Espírito Santo, em favor dos interesses dessas grandes empresas.

Cristiano afirma que o corredor de exportação era tido como um dos grandes impactos desenvolvimentistas, porque atenderia à vocação portuária local. "A produção do Cerrado se destinaria ao Espírito Santo e aqui seria transformado para ser exportado". Cristiano acredita que, assim, uma série de indústrias seria implantada para fazer a pré-industrialização.

"Mas agora tudo isso vai ser feito em Belo Horizonte, porque o governo de Minas, com a Vale, criou um Porto Seco. Toda a produção vai embarcar em contêineres fechados, com todos os impostos pagos ao governo de Minas e o Espírito Santo fica apenas como mais uma passagem, com o apito do trem", lamenta.

Cristiano analisa que isso é frustrante, principalmente porque poderia ser uma grande abertura para o desenvolvimento do Estado. Na sua visão, isso tudo ocorreu porque os novos centros de poder excluíram o governo estadual das decisões do corredor de exportação.



Teófilo de Oliveira, condenando a "visão míope"

Teófilo acha que o governo nunca perdeu o controle

Dizer que o Estado está a "reboque" dos grandes projetos é ter uma visão míope e lastimável, afirma o secretário da Fazenda, José Teófilo de Oliveira. "O Governo não perdeu o controle; está com as rédeas nas mãos e só se deixa ser rebocado quem é muito incompetente", desabafa.

Teófilo concorda que, no passado, o Governo esteve a reboque dos grandes projetos. "Hoje, o Brasil vive um regime democrático e o Estado é responsável pela infra-estrutura necessária das empresas e da população". Otimista, afirma que o Governo pode vir a viabilizar a expansão dessas grandes empresas. "Não se pode projetar para o futuro o lastimável do passado".

Realismo

O secretário afirma que é necessário ser pragmático e realista. "Não adianta nada ficar filosofando sobre o futuro, fazendo projeções de futurologia". Não basta apenas desejar descentralizar a industrialização do Estado. Antes, é necessário ter toda uma infra-estrutura para se criar um determinado pólo industrial e ver se há condições para se viabilizar essa infra-estrutura.

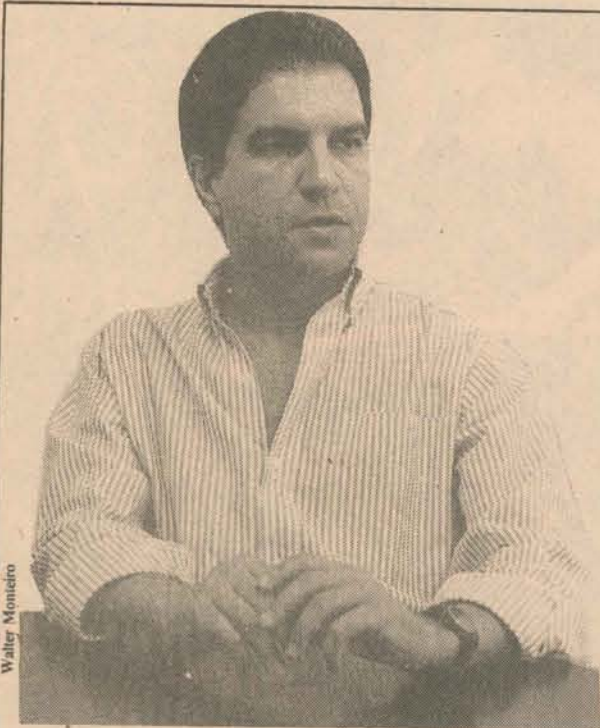
Teófilo acredita que a tendência do desenvolvimento econômico do Espírito Santo é seguir uma linha de industrialização voltada para o comércio exterior e, em alguns ramos, se integrando ao mercado nacional. Para ele, o Estado tem duas características básicas: sua localização geográfica que o privilegia com um sistema portuário, sistemas ferroviário e rodoviário. Pelo mercado local ser pequeno, há necessidade dos produtos serem comercializados em outros Estados ou no comércio internacional.

O secretário rechaça a afirmação de que o Governo está a reboque dos grandes projetos. E cita que uma experiência recente foi com a expansão da Aracruz, quando o Governo estadual impôs uma série de prioridades, como contratação de mão-de-obra exclusivamente capixaba. A Aracruz também teve que aceitar o cumprimento da legislação em relação ao meio ambiente. Teófilo afirma que, na parte de estrutura fundiária, o Governo também não permitiu que a empresa se expandisse para novas áreas.

Quanto ao corredor de exportação, o Governo está se organizando para criar estratégias que tragam benefícios para o Estado. Conforme o secretário, isso está exigindo um trabalho articulado entre a CVRD, a Codela e o Governo, através do Banes e da Coplan. A idéia é de que os grãos que forem trazidos do Cerrado sejam beneficiados no Estado, propiciando a implantação de novas empresas na região.

A indústria será moderna,
competitiva e preocupada com a
busca do equilíbrio do contexto social

ES
SÉCULO 21



Walter Monteiro

Rocha: projeto influenciará industrialização

Lyrio Rocha lamenta o crescimento desordenado

“O Espírito Santo do Século XXI terá avanços substanciais no seu processo de industrialização. A avaliação é do ex-diretor industrial e atual técnico do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), José Carlos Lyrio Rocha. Esse avanço será um efeito dos grandes projetos, associados com o trabalho que o Bandes vem realizando de trazer indústrias de ponta, com maior grau de tecnologia para o Estado.

José Carlos Lyrio Rocha revela grande preocupação em relação ao desenvolvimento industrial, porque o Espírito Santo vem sofrendo um crescimento industrial desordenado, principalmente na Grande Vitória. O ex-diretor lembra que a previsão dos estudos indica que 85% da população do Estado estarão vivendo na área urbana e 70% desse total estarão aglomerados na Grande Vitória.

Social

O técnico avalia que, se por um lado o desenvolvimento industrial apresenta boas perspectivas para o futuro, o outro lado da moeda causa apreensão e preocupação. É justamente o lado social, com superpopulações que sobrevivem em condições subumanas nas periferias. Isso acarreta sérios problemas de habitação, transporte e qualidade de vida.

O ideal, na visão de Lyrio Rocha, é que esse crescimento industrial ocorra nas regiões interioranas. “Os mecanismos em relação aos incentivos fiscais devem ser examinados para atrair os centros industriais para o interior. Lembra que hoje o Governo está fazendo um anel industrial para a Grande Vitória, com projetos de implantação de centros industriais em Vila Velha e Cariacica. Isso sem contar com o Cívit, que está muito próximo da capital.

Avaliação

Na avaliação de José Carlos Lyrio, o projeto Espírito Santo Século XXI é muito importante, porque nenhum organismo e nenhum governo pode traçar uma política, sem ter a perspectiva de onde chegar. E é exatamente aí que se encaixa o projeto, porque apresenta medidas que podem superar todas as dificuldades do futuro. O técnico conclui que o Espírito Santo Século XXI tem um peso significativo, justamente porque foi concluído com a participação da sociedade civil.



Bandes acha que indústria vai buscar o equilíbrio social

“A industrialização capixaba buscará o equilíbrio no contexto social e estará preocupada com a modernização tecnológica”, analisa o presidente do Bandes, Odilon Borges Júnior. Ele acredita que, no próximo milênio, a industrialização será tecnológica e altamente competitiva, por duas razões: pela própria localização geográfica, que facilita a entrada no mercado externo, e buscando uma interação com a competitividade. “Isso é vital para nós”, analisa.

A industrialização do futuro vai ser diferente da do passado e do presente. Odilon lembra que esse desenvolvimento começou em uma época complicada, sem a preocupação de um ordenamento industrial e com o meio ambiente. Hoje, analisa, essa preocupação já está presente.

Futuro

Para o futuro, o presidente do Bandes prevê uma industrialização ordenada, que será construída dentro de padrões respeitáveis de meio ambiente e de ordenamento urba-



Odilon Borges Júnior, presidente do Bandes

no. “Nossa tendência é de manter a geração de renda industrial e chegarmos a um dos primeiros Estados do Brasil”.

Odilon Borges é contra a afirmação de que o

foram implantados, não dá para se jogar uma bomba para destruí-los.

“O Estado está agindo inteligentemente, buscando complementação para que essas empresas se integrem ao nosso meio”. Odilon também acentua que o governo está investindo no sentido de fazer com que os grandes projetos sejam herméticos. “Precisamos ajustar os grandes projetos com a questão do meio ambiente”.

Odilon concorda que, na época em que essas empresas foram instaladas, não havia consciência do que aconteceria mais tarde, principalmente em relação ao meio ambiente. “E isso não foi só no Espírito Santo. Países da Europa cometeram o mesmo erro. Mas hoje já temos essa consciência”.

Para o presidente do Bandes, o governo estadual está utilizando os grandes projetos para complementar a economia. E, para ele, a tendência daqui para a frente é essa e não a de que o Estado permaneça a reboque das decisões dessas empresas.

Estado está a reboque dos grandes projetos. “O Governo está se esforçando para obter alternativa industrial para o Espírito Santo”. Analisa que, já que os grandes projetos

Guerra quer política de apoio à produção agrícola

O segmento formado pelos pequenos produtores e trabalhadores rurais continuará sendo o grande responsável pela produção de alimentos básicos. A avaliação é do secretário da Agricultura, Cleber Bueno Guerra, argumentando que cada vez mais se torna imperativo o estabelecimento de políticas públicas em apoio a este segmento. Também vislumbra o processo de fortalecimento da organização destes produtores, que será o instrumento de pressão em busca destas políticas públicas.

Ele reforça a sua avaliação, lembrando que a pequena produção, historicamente, tem sobrevivido aos contratemplos e, mais do que isto, tem respondido ao desafio de produzir alimentos básicos. O que se espera para a virada deste século, proseguiu, é que esta pequena produção não seja sufocada por uma política perversa de distribuição de renda, onde o povo tem fome mas não tem dinheiro para comprar comida.

Descentralização

O país experimenta um processo de reorganização dos papéis da sociedade civil e do poder central. Cleber Guerra vê nesta descentralização o Estado readquirindo as prerrogativas de decidir os rumos do seu destino, e não mais ficando de coadjuvante, ou seja, um mero cumpridor de

"políticas" definidas em Brasília.

Por seu lado, o governo do Estado terá que se estruturar para poder exercer este novo papel, adequando a sua máquina administrativa aos novos tempos de forma a melhorar o seu desempenho institucional.

Ele reserva para a Secretaria da Agricultura, o exercício efetivo nas coordenações das políticas agrícolas, agrárias e de abastecimento.

O secretário da Agricultura entende que o resultado de todo este processo, em pleno século XXI, é a efetiva municipalização da agricultura, de onde sai a produção. Cleber Guerra lembra ainda que a sociedade civil organizada, por sua ação fiscalizadora e promotora efetiva de correção de rumo, é quem ditará a dosagem de todo este processo de ação governamental.

Região Norte

A região Norte do Estado, é na sua opinião a que se apresenta como o grande desafio agrônomo nesta virada de século. Isto decorre, explicou, devido as suas condições edafoclimáticas e sua vocação para uma agricultura capitalista. O que se antevê, continuou, é uma tendência para culturas permanentes e organização dos produtores para administrar os recursos hídricos, quer através da retenção de

água nas propriedades, quer através da instalação de consórcios hídricos, e ainda num esforço de recomposição da cobertura vegetal local.

Essa mesma região do território capixaba terá um outro grande desafio para vencer neste século XXI, que é reverter o processo de concentração fundiária que lá existe. O secretário considera que a simples inexistência de políticas fortemente concentradoras de terra, direcionadas por parte do Governo federal, tipo incentivo à pecuária, reflorestamento com eucalipto e Proálcool, levam a uma tendência de relaxamento



Kleber Guerra é favorável a uma política de produção

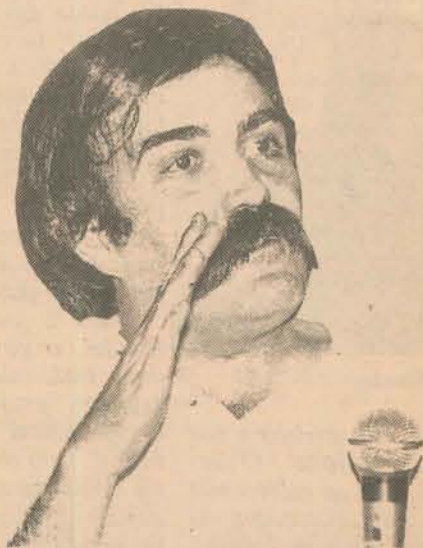
do processo de concentração. Com a nova legislação estadual sobre política fundiária, recentemente aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Max Mauro, o Estado poderá exercer papel decisivo nesta desconcentração, a começar pela destinação das terras devolutas.

Êxodo rural

Para o secretário, o êxodo rural tende a seguir o seu curso normal. Mas ressalta que ele pode ser melhor dosado se os governos forem capazes de administrar políticas concretas de retenção do homem no campo. Mais uma vez aponta a região

Norte capixaba onde este processo será mais acelerado, indicando como fatores que irão contribuir para que isto aconteça, a limitação dos recursos hídricos e a facilidade de substituição da mão-de-obra pelo uso da mecanização, recurso que a topografia local permite utilizar em maior escala que no restante do Estado.

Por último, o secretário da Agricultura alertou que o setor primário da nossa economia parecia ser visto pelos responsáveis por projeções do nosso futuro, como ponto de apoio a qualquer desenvolvimento sócio-econômico equilibrado. Ele precisa ser priorizado, quando nada, para não sacrificar o todo, ponderou.



Antônio Celso teme a dependência internacional

'Qualidade de vida vai pro brejo'

Se nada for feito e se a agricultura sobreviver à crise do café, o futuro do Espírito Santo terá uma indústria dependente dos interesses internacionais e a qualidade de vida "vai pro brejo". Assim o avalia o demógrafo, Antônio Celso Rodrigues.

Segundo o demógrafo haverá aumento da favelização, segregação social urbana e muita violência. "Ou a gente pára para pensar o mundo em que vivemos e

tomamos uma posição ou vamos esperar sempre pelo pior". Antônio Celso alerta que, "enquanto estivermos desmobilizados, sem cidadania, o ideal não será atingido".

O melhor

O ideal, na sua concepção, é de se conhecer o desejável. "O bom é termos informações suficientes para tomarmos decisões. Ou a gente senta para discutir ou espera

para ver o que vai acontecer". O demógrafo insiste que a "sociedade tem que saber o que quer. Não tem outro jeito de se construir um país ou um Estado. Nós temos que traçar nossos próprios caminhos".

Antônio Celso concorda que falar em futuro é sempre uma agonia. Mas para ele "não dá mais para mistificar. Só se constrói alguma coisa se você não alienar os seus ideais", afirma.

Antônio Celso, 40 anos, é demógrafo, especializado pelo Instituto de Demografia da Universidade de Paris I (Sorbonne), desde 73. Paulista, com formação em Economia, veio para Vitória em 79. Desde o início do projeto Espírito Santo Século 21 é o coordenador técnico e vem elaborando todos os documentos editados pelo projeto, com a colaboração do engenheiro Roberto Garcia Simões.